

O “DIA DO SOLDADO” E A EXEMPLARIDADE DO PASSADO

Erika Moraes Cerqueira¹

Resumo: *As comemorações cívicas podem ser compreendidas como uma espécie de rito que ambiciona sacralizar uma determinada versão do passado nacional e fixá-la na memória social, quer se trate de um acontecimento específico ou de alguma personalidade histórica. Prática que tende a re-presentificar pontos altos do devir pátrio, mediante a montagem de “lições vivas” de história, sob a forma de “um culto encenado” e dirigido aos “grandes homens” e aos “grandes acontecimentos” do passado, de maneira a popularizar interpretações consensuais na memória coletiva. No Brasil, coube a Gustavo Barroso a criação e a implementação de uma série de rituais, cerimônias e celebrações cívicas, que visavam, por um lado, “cultuar a tradição histórica do Exército” e, por outro, “despertar a nação para novos feitos”. Importante instrumento de arregimentação da nação, o Dia do Soldado constituiu um dos principais projetos apresentados por Barroso à Câmara dos Deputados, durante sua atuação como Deputado Federal pelo Ceará (1915-1917), além de ter mobilizado significativo debate na Imprensa. O Objetivo deste trabalho é analisar o projeto de criação do Dia do Soldado e o debate que se seguiu, tanto na Câmara dos Deputados, quanto na Imprensa. Intenta-se discutir o primeiro programa de festejos, assim como o papel que seu idealizador ocupou neste evento.*

Palavras-chave: *Gustavo Barroso; Dia do Soldado; Comemorações Cívicas.*

No ano de 1917, Gustavo Barroso apresentou à Câmara dos Deputados um projeto que contemplava as tradições militares no Brasil, a saber, o Dia do Soldado, cuja ideia seria criar, no calendário nacional, um dia destinado ao soldado brasileiro; conforme o fazia a maioria das nações consagradas em todo o mundo, segundo o autor. O Governo havia adotado o dia comemorativo à bandeira, como símbolo cívico da Pátria, e a Municipalidade instituía o Dia da Criança, eventos que teriam configurado a ocasião adequada ao deputado para “estabelecer em lei o dia do soldado, no qual se realizarão festas militares, se melhorará o rancho nos quartéis e se dará, com essa distinção, um novo estímulo ao nosso ‘troupier’” (A Instituição do Dia do Soldado, 1917). A medida resultaria em grandes benefícios à nação, uma vez que “todas essas festas e comemorações contribuem muito mais do que se pensa para o desenvolvimento do patriotismo publico e incitam o zelo dos soldado [sic]” (A Instituição do Dia do Soldado, 1917). A prova de que tais comemorações influiriam no “ânimo das nacionalidades” estaria no fato de o rei da Inglaterra ter, nestes dias, instituído o dia da oração, momento em que, segundo Barroso, toda a população da Grã-Bretanha e das colônias realizaria preces públicas e particulares em prol da vitória das armas. Os Estados Unidos seguiriam o exemplo inglês e, no dia determinado pela lei, todos os habitantes, de qualquer religião, rezariam “suplicando o triunfo completo dos exércitos”, algo que confirmaria a validade da proposta, tendo em vista que “o que se nota no mundo religioso dos países anglo-saxônicos

¹ Doutoranda em História e Culturas Políticas pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Minas Gerais PPGHIS/UFMG. Email: erika_mcerqueira@hotmail.com

se repete, sob outra forma, nos países latinos, onde já se fazem comemorações idênticas em vários dias do ano” (A Instituição do Dia do Soldado, 1917).

A criação deste projeto seria, na perspectiva do autor, uma demonstração de grande patriotismo, conforme relatou em palestra para *A Epoca*, oportunidade em que divulgou, outrossim, a origem desta iniciativa. A escolha da data de 24 de maio para o Dia do Soldado, no projeto em questão, obedeceu ao pensamento de colocá-lo conjuntamente com a lembrança de um feito militar de relevo, qual seja, a primeira batalha de Tuiuti. A ideia obteve êxito, contudo, mediante uma alteração na mudança da comemoração para o aniversário de Caxias, considerado o Patrono do Exército, “figura invulgar cada vez mais, á proporção que o tempo passa, se altana na nossa paisagem historica como uma de suas culminâncias” (O dia do Soldado, 1944). Acerca da modificação da data, o autor explicou, em entrevista à Revista *Fon-Fon*, ser a medida “absolutamente feliz e me congratulo de coração com quem o fez. A idéia fundamental, porém, é, como os documentos o provam, inteiramente minha e como dela me orgulho, defendo essa primazia” (O dia do Soldado, 1944).

As cerimônias do dia 25 de agosto, data em que Caxias foi elevado às honras de Patrono do Exército Brasileiro, foram instituídas em 1925 e, desde então, foram repetidas todos os anos nos quartéis, estabelecimentos e repartições militares de todo o país. Contudo, em 1949 houve um acréscimo à comemoração, fora instituída a Semana de Caxias, com a exumação dos restos mortais do Duque e da Duquesa de Caxias, sua transladação para a Igreja da Cruz dos Militares e, posteriormente para o Panteão. O programa de festejos foi divulgado pelo *Jornal do Commercio*, que destacou, dentre as personalidades presentes na cerimônia de exumação, os historiadores nacionais que escreveram trabalhos sobre a figura do Patrono, notadamente Gustavo Barroso, que acompanharia as demais solenidades projetadas para aquele ano. Informou ainda que os despojos de Duque de Caxias, depois de colocados na urna pelos médicos legistas, seriam conduzidos para a Capela do Cemitério Catumbi, por “8 praças de bom comportamento”, da Polícia Militar do Distrito Federal, composição que “está ligada ao Duque de Caxias pelos laços históricos de sua criação da fundação” (Semana de Caxias, 1949). No dia 24 de agosto, ocorreria a transladação das Urnas do Cemitério Catumbi para a Igreja da Cruz dos Militares e, entre 9 horas e 9 horas e 15 minutos, repicariam os sinos de todas as igrejas do território nacional, e ao final, a Igreja de São José, tocaria o Hino Nacional. Às 11 horas haveria Missa solene na Igreja da Cruz dos Militares, onde seriam depositados os despojos e a vigília seria exercida ininterruptamente por uma Guarda de Honra Especial. No dia 25 de agosto, seria feita a transladação das Urnas da Igreja da Cruz dos Militares para o Monumento Duque de Caxias e, durante o cortejo, a Artilharia das Forças Armadas Nacionais realizaria salvas de 21 tiros de 30 em 30 segundos.

As solenidades seriam realizadas na inauguração do monumento ao Duque de Caxias e teriam início com a recepção do Presidente da República e entrega do monumento pelo Prefeito do Distrito Federal, em seguida, desfilaria Destacamento Misto e a cerimônia terminaria com a colocação das Urnas na cripta do Monumento e a saída do Presidente da República; a cripta ficaria exposta à visita das autoridades e do público. Falariam à entrega do Monumento o Prefeito do Distrito Federal e o Ministro da Guerra, “desenrolando-se o

ato simbólico da inauguração” e, após serem executados os toques de Comandante-Chefe por um corneteiro do Batalhão de Guardas, executado o Hino da Independência, aos toques compassos do Hino Nacional, teria início uma revoada de 3.000 pombos-correios. Constaria ainda, neste programa de festejos, a criação de uma condecoração intitulada *Medalha do Pacificador*, comemorativa da “mais alta glorificação nacional de Luiz Alves de Lima e Silva”, destinada a assinalar os que tenham prestado, direta ou indiretamente, relevantes serviços em prol do “maior brilho e melhor realização das solenidades glorificadoras do maior patriota de todos os tempos”. Aconteceria, da mesma forma, a criação da *Medalha Comemorativa da Inauguração do Monumento de Caxias*, e das homenagens tributadas à “magna personalidade do Consolidador do Império, nesta memorável efeméride da mais alta significação cívica”. Neste propósito, o Major José Venturelli Sobrinho, presidente da Academia Brasileira de Belas Artes, apresentou, como sugestão, a criação da *Ordem Templar da Pátria*, compreendendo diversos graus de condecorações para “distinguir grandes sacrifícios da Causa-Pátria ou da Causa-Humana” e, a este respeito, Gustavo Barroso, então diretor do Museu Histórico Nacional, indicou a revalidação das Ordens de São Bento de Avis, de Santiago e da Ordem de Cristo, que “estão visceralmente ligadas à nossa história”.

O General Paulo de Figueiredo ressaltou a conveniência de se realizar um retrato de Luis Alves de Lima e Silva, que “esteja mais próximo da realidade física dos seus últimos tempos, com a presença das condecorações excepcionais” e a possibilidade de abertura de um concurso público para a escolha dos “melhores artistas plásticos brasileiros para a realização artística dessa obra”. “Caxias no Pantheon”, artigo publicado pela *Revista da Semana*, destacou o caráter inédito das comemorações do Dia do Soldado, ressaltando a exumação dos restos mortais do “grande soldado”, pontuando que “todos os anos são realizadas as mais justas homenagens à memória ao “grande vulto nacional” (Caxias no Pantheon, 1949). O Panteão Militar, obra anexa ao monumento em homenagem a Caxias, localizado em frente ao Ministério da Guerra, encerraria as cinzas “de nossos expedicionários mortos no cumprimento do Dever nos campos de batalha da Itália, ao lado das do patrono do Exército” (Caxias no Pantheon, 1949). A sua construção fora acelerada, de forma a ser entregue ao Exército antes das comemorações do Dia do Soldado, ocasião de sua inauguração.

O *Jornal* anunciou, em 12 de agosto de 1952, os preparativos para as comemorações pelo 150º aniversário de Duque de Caxias e destacou que, em solenidade presidida pelo chefe do Governo, seriam entregues condecorações no Dia do Soldado e, dentre as personalidades agraciadas, estaria Gustavo Barroso, que receberia o “Grau de Comendador” da Ordem do Mérito Militar. A primeira parte da cerimônia foi composta por uma missa solene, no “altar de campanha do Duque de Caxias, relíquia histórica, que foi levado ao Convento de Santo Antônio” (*O Jornal*, 1952) e, durante a solenidade, uma banda de música da Polícia Militar tocou o Hino Nacional. Logo após, foi executado o Hino de Caxias, seguido por uma salva de 19 tiros. A segunda parte da celebração ocorreu diante do Panteão, com a presença do Presidente da República, membros do Conselho da Ordem Militar, corpo diplomático e autoridades civis e militares.

Durante as festividades em honra ao Patrono do Exército brasileiro, foram entregues os espadins aos novos cadetes da Academia de Agulhas Negras e coube ao presidente Getúlio Vargas realizar a entrega aos cadetes classificados nos primeiros lugares; concluída a solenidade, os cadetes desfilaram em continência ao presidente. O presidente da República assinou um decreto nomeando, entre outras figuras, Gustavo Barroso para a comissão responsável pela organização e execução do programa de festejos comemorativos da passagem do tri-cinquentenário do nascimento de Luiz Alves de Lima e Silva, o Duque de Caxias, que ocorreria a 25 de agosto de 1953; ocasião em que todo o país realizaria solenidades em honra ao Patrono do Exército (Festejo o Brasil o Dia do Soldado, 1952).

No ano seguinte, a cerimônia fora novamente presidida pelo “chefe da nação”, em frente ao Panteão Militar e, nesta ocasião, Getúlio Vargas entregou as condecorações da Ordem do Mérito Militar a civis e militares, entre eles, figurava Gustavo Barroso, agraciado com distinção. Após o desfile e as solenidades regulamentares, o presidente foi conduzido ao seu automóvel, encerrando a primeira parte das festividades relativas ao Dia do Soldado. No Teatro Municipal, à tarde, ainda com a presença do representante da República, general Caiado de Castro, do chefe da Casa Militar da Presidência e corpo diplomático, fora realizada uma sessão cívica - com vários oradores, entre eles, Gustavo Barroso. No decorrer desta sessão, foram cantados hinos pelos coros orfeônicos do Instituto de Educação, com o toque do Hino Nacional por último, assinalando o encerramento das atividades. A Rádio Roquete Pinto transmitiu a solenidade e “colaborou para a maior divulgação desta festa cívica”, demonstrando a ampla cobertura que a Imprensa nacional forneceu ao evento, de tal forma que o periódico *A Noite* destinou significativo espaço em seu artigo “A imprensa nas comemorações de Caxias”. Os festejos em honra ao 150º aniversário do Duque de Caxias se estenderam para além das fronteiras nacionais e, em Paris, o Coronel Braga, adido militar junto à Embaixada Brasileira na França, compareceu ao Arco do Triunfo, onde depositou uma coroa de flores no túmulo do Soldado Desconhecido, acompanhado do general Serignan, representante do Exército francês. Em Buenos Aires, o adido militar do Brasil, depositou uma oferenda floral no “mausoléu do libertador”, na Catedral.

O Dia do Soldado continuou a ser comemorado nos anos seguintes. Em 1959, o então presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira, através da *Voz do Brasil*, saudou o Exército, na passagem do Dia do Soldado, nos seguintes termos: “nesta etapa em que nos aprestamos a ser um grande País - necessitamos de dois elementos: uma atmosfera de ordem e serenidade, e a consciência de que o nosso maior patrimônio, herança preciosa e inalienável, é precisamente essa unidade nacional que o Exército tem sabido defender na paz e na guerra. O ponto alto das comemorações pelo transcurso de mais um aniversário do patrono do Exército, a entrega de medalhas da Ordem do Mérito Militar, teve lugar no palanque presidencial, armado junto ao Panteão de Caxias. O ato aconteceu após a missa solene, oficiada no Convento de Santo Antônio e assistida pelo Presidente da República e Ministros de Estado, marcando o início das festividades, culminadas com um desfile. Foram ofertadas, na ocasião, medalhas de “Grande Oficial”, “Comendador”, “Oficial” e “Cavaleiro da Ordem do Mérito Militar”, tendo sido promovidos ao grau de “Grande Oficial”, entre militares, o civil Gustavo Barroso, autor do projeto do Dia do Soldado, algo que parecia aureolar sua figura indefinidamente.

Um dia após as festividades, a convite do Lions Clube de Fortaleza, Barroso proferiu uma palestra sobre Caxias, exaltando as qualidades do “grande soldado”, com presença relevante de associados e lideranças militares do estado (Lions Club Comemora o Dia do Soldado, 1959). Em honra ao “valeroso soldado e cidadão exemplar”, o diretor do Museu Histórico Nacional veiculou, no periódico *Luta Democrática*, uma página “consagrada à tarefa gloriosa de unir os brasileiros separados pelas paixões políticas” (A Glória mais Pura do Brasil, 1959). Algo que nos parece significativo neste projeto comemorativo diz respeito à escolha da data de 25 de agosto, como o Dia do Soldado, em detrimento da proposta inicial, que celebraria o 24 de maio. A opção por rememorar a *vida* de Caxias, aponta para os estreitos liames entre as cerimônias cívicas e os Grandes Homens que, associados a determinada data, conferem a ela um sentido edificante, na medida em que marcam a ruptura entre o tempo antigo e o tempo novo. A reorganização do calendário cívico, em torno de valores e de expectativas, exigia a intervenção de uma figura aureolada, como uma sombra exemplar, cuja evocação caucionaria a prática dos vivos, pois inscrito em uma tradição, Caxias daria fisionomia ao cumprimento do propalado desígnio nacional, ligando-o, todavia, ao universal. O trabalho de enquadramento da memória de Caxias, feito por uma comemoração, precisaria estar atento às prerrogativas da consciência moral, traduzidas pela imagem *pura*, agora, *editada*, de um Grande Homem da história nacional. A comemoração, como forma de transmissão de valores entre gerações, confere poder ao Grande Homem que, eleito, tem a potencialidade para reivindicar seu passado e servir de manancial identitário, legislando sobre a memória nacional.

Heróis nacionais são frutos de construções históricas e o empenho na construção desta memória denota que, em determinado momento, uma diversidade de olhares tenha entrado em disputa, configurando, possivelmente, batalhas de memória. Para que Caxias, enquanto sujeito histórico, se tornasse herói nacional, e se consagrasse, em torno de seu nome, uma memória, fora necessário que, “em algum momento, outros sujeitos históricos (individuais ou coletivos) tenham deliberadamente investido na consagração daquela memória” (BONAFÉ, 2007, p. 332). A história do trabalho de enquadramento desta memória e as lutas de representações que este trabalho envolveu guardam uma relação com disputas de poder, com seleções e esquecimentos (POLLACK, 1992). Com efeito, durante quatro décadas, a principal comemoração militar brasileira ocorria no aniversário da batalha de Tuiuti (24 de maio de 1866), considerada a de maior relevo da Guerra do Paraguai, tendo em Manuel Luís Osório (1808-1879), comandante das forças brasileiras, seu principal herói. O culto a Caxias ocorreu somente em 1923 e, nas décadas seguintes, Caxias substituiu a figura de Osório como modelo ideal do soldado brasileiro, contudo, este processo não ocorreu sem discordâncias. Destaca-se a esse respeito o “Estudo sobre o patronato do Exército”, do coronel da reserva J. B. Magalhães, publicado originalmente no *Jornal do Comércio*, em agosto de 1947, onde considera a escolha de Caxias como Patrono do Exército como uma “injustiça histórica a Osório, que foi o mais amado dos chefes do Exército e o mais perfeito tipo do cidadão-soldado [tal escolha] não satisfaz aos interesses do futuro e é inadequada aos tempos modernos” (MAGALHÃES, 1949).

Lima Figueiredo sugere, em artigos publicados em dezembro de 1945, na *Revista Brasileira*, e em junho de 1946, em *A Defesa Nacional*, que Caxias, do Partido Conservador, passou

a ter preferência sobre Osório, do Partido Liberal, devido às diferenças políticas entre ambos e menciona, inclusive, a suposta origem nobre de Caxias, em detrimento de Osório. Informações refutadas por Arno Wehling, em artigo intitulado “Caxias e o Imaginário Nacional”, publicado em 2004, onde afirma: “Não terá sido pela ação política partidária de Caxias, porque Osório também a teve. Não se justifica, também, pelo prestígio do Partido Liberal a que este pertencia, pois, como os conservadores, ele foi sepultado com o Império” (WEHLING, 2004, p. 56). Na perspectiva de Wehling, a explicação para o relativo ostracismo vivenciado por Caxias até os anos 1920 estaria relacionado à sua associação com a Monarquia e com a “ordem” – contrárias ao “progresso”.

O destaque de Caxias dentro do universo simbólico do Exército seria fruto de mudanças internas sofridas pela instituição, notoriamente, a partir de 1925, quando é identificado, pela primeira vez, como “patrono” de uma turma de oficiais formada na Escola Militar do Realengo. Segundo o depoimento do general Aurélio de Lyra Tavares, antigo integrante da “Turma Caxias”, a ideia original seria do coronel francês Pierre Béziers La Fosse, Conselheiro da Missão Militar Francesa na Escola Militar do Realengo (TAVARES, 1986). O termo “patrono” não existiria na tradição militar brasileira até então, contudo, a admiração que se tinha pela cultura militar francesa, vitoriosa na Primeira Guerra Mundial, seria suficiente para que essa nova “tradição” se firmasse. Os formandos teriam distribuído, na missa de ação de graças pela formatura, um “santinho” com a efígie de Caxias, cujo sentido, na leitura de Celso Castro, apontaria para a afirmação do valor da legalidade e do afastamento da política, em prol da unidade interna do Exército, comprometida nos anos 1920, por diversas revoltas internas.

A mensagem transmitida pelo Exército parecia funcionar, simbolicamente, como um “antídoto” contra a indisciplina militar, de forma tal que o sucesso militar de Caxias seria, mais o resultado de uma ação política, orquestrada pelas lideranças dos anos 1920, do que, necessariamente, expressão de um “eu”, vocacionado, desde os princípios, para as armas, como o queriam muitos de seus biógrafos. Destituído de sua humanidade, Caxias fora feito herói, em um processo de “silenciamento” de aspectos importantes de sua trajetória, conforme a necessidade de determinados momentos históricos. A este respeito, Adriana Barreto de Souza, cuja investigação tem se voltado para a análise da construção de Caxias como “Monumento”, destaca a biografia escrita por Pinto de Campos, em que Caxias oficial do Exército é separado do Caxias político (SOUZA, 1998). Souza explica que nem sempre Caxias fora percebido como um “gênio da arte da guerra”, especialmente pelas publicações anteriores as de Pinto de Campos, escritas durante a monarquia, onde é apresentado como um homem de talento, contudo, raramente identificado pela patente militar (SOUZA, 2001, p. 220).

Nesta *batalha de memórias*, a própria autoria do projeto do Dia do Soldado foi colocada em suspenso, uma vez que, Eugenio Vilhena de Moraes, membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, fora considerado o idealizador da iniciativa. Vilhena de Moraes teria proposto, em 1923, ano em que se comemorava o 120º aniversário do nascimento de Caxias e seu centenário militar, uma comemoração oficial de Caxias, reconhecendo que ele “não ganhara, porém, talvez nunca na alma popular essa auréola legendária, esse entusiasmo, esse

ardor que chega às raias do fanatismo.” (*A Noite*, 1923). A informação difundida era de que a proposta, surgida no interior do IHGB, contara com a rápida adesão do Ministro do Exército, Setembrino de Carvalho, que teria baixado, em 25 de agosto de 1923, o aviso n. 443. Em 1925, o dia de nascimento de Caxias passou a ser, conforme o aviso ministerial n. 366, oficialmente comemorado como “Dia do Soldado”, embora a autoria do projeto tenha sido eclipsada em proveito da imagem do Ministro da Guerra. Gustavo Barroso reivindicou, exaustivamente, a criação do “Dia do Soldado”, retomando, não raro, informações veiculadas na Imprensa, ainda em 1917, como forma de referendar a primazia de sua iniciativa.

Querelas à parte, importa destacar que as faces do herói, expostas e consagradas, demandaram um duplo investimento, qual seja, a comemoração de seu nascimento e a consagração de seu corpo, vida e morte cultuados no tempo e no espaço, na festa e no mausoléu. A panteonização de Caxias promoveu a veneração da morte, não em sua finitude, mas como abertura para a eternidade, uma vez que se atribuía ao ritual comemoracionista “uma função ‘ressuscitadora’ e de representificação, agora conseguida através da decantação das virtudes do homenageado elevado a *representative man* da alma nacional” (CATROGA, 2008). O ato de lembrar depende, invariavelmente, de uma considerável seleção daquilo que é digno de ser lembrado (KOSELLECK, 2011). Espaço ritualizado e privilegiado para a mobilização da sociedade, o panteão erigido a Caxias deveria despertar os sentimentos que orientariam uma adesão aos valores e aos símbolos da cultura política de um regime. Ao celebrar os mortos, editava-se a nação, documentando um passado distinto do que foi, em um culto à personalidade, derivado de um conjunto de investimentos destinados ao “culto da tradição militar”.

Com significado semelhante ao monumento, as medalhas confeccionadas pela ocasião do 150º aniversário de Caxias sugerem uma dupla interpretação, qual seja, a materialidade da lembrança e a distinção, por parte daquele que a recebe, como algo a equiparar sua trajetória de vida a daquele que seria o maior entre os brasileiros. Especialmente elaboradas como objetivos comemorativos, tais peças não possuiriam uma finalidade econômica como a moeda, imagem alegórica, a sua principal função consistiria em celebrar o nascimento de Caxias e a sua comemoração, inscrevendo-os na memória, como nome e como data. *Medalha do Pacificador*, condecoração de Dedicção e Mérito, pertence a tipologia daquelas que “reconhecem o valor individual, premeiam atuações ou obras que servem os interesses do Estado e também comemoram os feitos daqueles que ganharam o direito a ser distinguidos pela sociedade” (JOÃO, 1999). O carácter místico, como dádiva, e o aspecto político, como associação dos valores do presente aos do passado comemorado, constituiria a essência deste gesto cerimonial.

A tradição religiosa esteve presente nestas comemorações cívicas que, em muitas ocasiões, começaram pela celebração de uma missa solene, sugerindo uma aproximação entre o militarismo e o catolicismo. O som, a luz e a cor continuaram a exercer papéis fundamentais nestas festividades, com o destaque, desde as alvoradas, para as salvas de Artilharia. Os momentos altos destas celebrações eram assinalados com repiques de sinos, disparos de armas e pombos-correios; animados pela música das bandas militares. Os hinos, entoados em conjunto, sublinhavam o sentido político das celebrações, cantados pelas escolas, assinalavam

a continuidade deste projeto pelas novas gerações. O “chefe” da nação, como dirigente ou celebrante do ritual, ocupava lugar de destaque na solenidade, geralmente em um palanque central que sugeria, a um só tempo, a superioridade de sua figura e a personificação da nação, conduzida pelo largo alcance do *olhar* na multidão.

O recurso à “palavra” foi igualmente importante, como estratégia educativa, neste projeto de construção de uma memória nacional, mediante identificação com a história militar, que priorizava a integração nacional. Observa-se um grande esforço de produção de discursos, assim como sua transcrição nos veículos midiáticos da época, tanto por parte dos presidentes Getúlio Vargas e Juscelino Kubitschek, quanto de autoridades militares. Pontua-se, a esse respeito, o fato de Gustavo Barroso ter vulgarizado, em palestras, livros e notícias biográficas, informações acerca da vida de Luiz Alves de Lima e Silva. Os discursos eram peças que evidenciavam as virtudes que caracterizavam sua dimensão de Patrono do Exército, sem o ignorar o fato de que, em cada exposição sobre sua vida e seus feitos, estabeleciam hierarquias entre o que deveria ser exaltado e o que deveria ser ocultado. O âmbito privado de sua vida, praticamente, não é mencionado, merecendo destaque, em cada construção, a trajetória pública, demarcada por vitórias sucessivas, pelas armas e pela palavra: “Caxias, o pacificador”. Narrativas que remetem ao gênero do elogio, como discurso de louvor, em estreita relação com um regime de glorificação, sob uma configuração específica dos valores que conferem grandeza². Nesta “gestão da glória”, Caxias fora apresentado como o herói que encarnava valores universais e suscitava uma identificação mais ampla, como outras figuras no século XX, exportadas para fora de suas fronteiras e associadas a religiões civis (ENDERS, 2014). A este respeito, merece destaque o fato de que, no Dia do Soldado, ocorreram manifestações públicas no estrangeiro, conduzidas por brasileiros, mas em estreita relação com panteões locais, sugerindo sua incorporação, por determinados valores cultivados, a um panteão universal.

REFERÊNCIAS:

BACKZO, Bronislaw. Imaginação social. Tradução de Manuel Villaverde Cabral. In: *Enciclopédia Einaudi*. Volume 5. Anthropos Homem. Lisboa: Imprensa Nacional: Casa da Moeda, 1985.

BONAFÉ, Luigi. Um herói em dois tempos: apontamentos para uma história da memória de Joaquim Nabuco. In: Martha Abreu; Rachel Soihet; Rebeca Gontijo. (Org.). *Cultura Política e leituras do passado: historiografia e ensino de história*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

CASTRO, Celso. *Exército e Nação: Estudos sobre a História do Exército Brasileiro*. RJ: FGV, 2012.

2 Desde o ideal da “bela morte”, representada nos poemas homéricos, a palavra conferia imortalidade, como o principal meio de memória na luta do homem contra a finitude, projetando a imagem do herói e divulgando os critérios de distinção - centrados no desejo de eternização. A oração fúnebre, tematizada por Nicole Loraux, concebida não apenas como gênero discursivo, mas como palavra política, fora compreendida como parte de um processo que visava à glorificação do sacrifício coletivo em prol da pólis, em detrimento dos sacrifícios individuais. A inauguração do elogio acadêmico, no século XVIII, como forma de celebração dos mortos, remete a um novo ideário de virilidade, encarnado no personagem do filósofo, cujo destinatário passa a ser a opinião pública, podendo ser associado ao: “Imaginário da República e da Nação, se expressando no Panteão revolucionário, nos grandes funerais nacionais e, posteriormente, nos diversos tipos de ‘suportes’ por meio dos quais o elogio como discurso de glorificação se manifestaria no século XX” (MARCELINO, 2017: 54).

- _____. *Entre Caxias e Osório*. A Criação do Culto ao Patrono do Exército Brasileiro. Estudos Históricos, 2000.
- CATROGA, F. Secularização e laicidade: uma perspectiva histórica e conceptual. *Revista de História das Ideias*, Coimbra, v. 25, p. 51-127, 2004.
- _____. *Entre Deuses e Césares: secularização, laicidade e religião civil*. Uma perspectiva histórica. Coimbra: Almedina, 2006.
- _____. *A geografia dos afectos pátrios. As reformas político-administrativas (sécs. XIX-XX)*. Coimbra, Almedina, 2013. 406 p.
- _____. Pátria, nação e nacionalismo. In: TORGAL, Luís Reis; PIMENTA, Fernando Tavares; SOUSA, Julião Soares (Org.). *Comunidades imaginadas: Nação e Nacionalismos em África*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2008.
- _____. *Os passos do homem como restolho do tempo: Memória e fim do fim da história*. Coimbra: Almedina, 2009.
- _____. *O Republicanismo em Portugal: da formação ao 5 de outubro de 1910*. Lisboa: Casa das Letras, 2010.
- ENDERS, A. *Os Vultos da Nação: Fábrica de Heróis e Formação dos Brasileiros*. RJ: FGV, 2014.
- KOSELLECK, Reinhart. "La Transformación de Los Monumentos Políticos a los Caídos em el siglo XX". In: *Modernidad, Culto a La Muerte y Memoria Nacional*. Madri: Centro de Estudios Políticos y Constitucionales, 2011.
- JOÃO, Maria Isabel da Conceição. *Memória E Império Comemorações Em Portugal (1880-1960)*. Coimbra, Universidade de Coimbra, 1999. (Tese de Doutorado).
- Tese de Doutorado).
- LORAUX, N. *Invenção de Atenas*. Rio, Editora 34.
- MARCELINO, Douglas Attila. *Historiografia, Morte e Imaginário. Estudos sobre Racionalidades e Sensibilidades Políticas*. São Paulo: Alameda, 2017.
- OZOUF, Mona. *Festivals and the French Revolution*. Cambridge: Harvard University Press, 1991.
- PARADA, Maurício. *Educando Corpos e Criando a Nação: cerimônias cívicas e práticas disciplinares no Estado Novo*. RJ: Ed. PUC-Rio: Apicuri, 2009.
- POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. In: *Estudos Históricos*, vol. 2, n. 3, 1989.
- _____. Memória e Identidade Social. In: *Estudos Históricos*, vol. 5, n. 10, 1992.
- SOUZA, Adriana Barreto de. Osório e Caxias: a memória militar que a república manda guardar. In: *Varia História*. Nº 25. Belo. Horizonte, UFMG, julho de 2001. p. 231-251.
- _____. *Entre o Mito e o Homem. Caxias e a Construção de uma Heroicidade Moderna*. Lócus: Revista de História, Juiz de Fora, v. 4, n. 1, 1998.
- WEHLING, A. Ruptura e continuidade no Estado brasileiro 1750-1850. *Historia Constitucional*. Revista Eletrônica, Universidade de Oviedo, v. 5, 2004.

Fontes:

Cadernos de recortes de Jornais GB 01 (nov. 1907 a nov. 1910) a GB 41 (jul. a dez. 1954). Coleção Gustavo Barroso.

Biblioteca do Museu Histórico Nacional, Rio de Janeiro.

Caxias no Pantheon, *Revista da Semana*, Rio de Janeiro, 3 de setembro de 1949. In: Hemeroteca Gustavo Barroso\29 - 1949 1º Semestre a 1949 2º Semestre.

O dia do Soldado. *Fon-Fon*, Rio de Janeiro, 26 de agosto de 1944. In: In: Hemeroteca Gustavo Barroso\63 - 1944 1º Semestre a 1944 2º Semestre.

Festeja o Brasil o Dia do Soldado. *Tribuna da Imprensa*, 25 de agosto de 1952. In: Hemeroteca Gustavo Barroso\36 - 1952 2º Semestre.

A Glória mais Pura do Brasil. *Luta Democrática*, Rio de Janeiro, 25 de agosto de 1959. In: Hemeroteca Gustavo Barroso\57 - 1959 2º Semestre.

A Instituição do Dia do Soldado. *Epoca*, 10 de novembro de 1917. In: Hemeroteca Gustavo Barroso\06 - 1916 2º Semestre a 1918 1º Semestre.

Lions Club Comemora o Dia do Soldado. *Correio do Ceará*, Fortaleza, 26 de agosto de 1959. In: Hemeroteca Gustavo Barroso\57 - 1959 2º Semestre.

A Noite, 25, de agosto de 1923.

O Jornal, Rio de Janeiro, 12 de agosto de 1952. In: Hemeroteca Gustavo Barroso\36 - 1952 2º Semestre.

Semana de Caxias, *Jornal do Commercio*, 21 de agosto de 1949. In: In: Hemeroteca Gustavo Barroso\29 - 1949 1º Semestre a 1949 2º Semestre.

MAGALHAES, J. B. "Estudo sobre o patronato do Exército", *Revista do IHGB*, n. 202, 1949, p. 234-251.

TAVARES, Aurélio de Lyra. 1986. "A instituição dos patronos: reminiscências", *Revista do Clube Militar*, n. 277, p. 7-9.

NOVOS MODELOS ECLESIAIS UNDERGROUNDS

Flávio Lages Rodrigues¹

Resumo: A presente comunicação “Novos Modelos Eclesiais Undergrounds” analisa a Comunidade Caverna de Adulão em Belo Horizonte, onde procura pesquisar como ocorre a construção da relação entre cultura e religião com os jovens adeptos da música rock nas tribos urbanas. Essa construção relacional entre cultura e religião estabelece-se pela possibilidade de utilizar elementos culturais como o rock nas práticas religiosas na pós-modernidade. Observou o pensamento que permeia as culturas juvenis desde 1950, com o nascimento do rock, posteriormente observamos esses movimentos juvenis com seus desdobramentos de gêneros e subgêneros musicais no rock. A metodologia proposta para esse trabalho é constituída por análise da referência bibliográfica da obra de Michel Maffesoli. O tempo das tribos: o declínio do individualismo nas sociedades de massa. O autor aponta para um tempo onde os relacionamentos não são propostos pelo individualismo, mas pelo coletivo e pelo sentimento de estar-juntos. O pertencimento a uma tribo é a marca para os grupos juvenis, sendo uma escolha pessoal no processo de reconhecimento e na autonomia pós-moderna, que teve uma maior força com os movimentos juvenis de 1968.

Palavras-chave: Tribos urbanas; rock e juventude; religião e contemporaneidade; religião e cultura; cristianismo.

INTRODUÇÃO

Nota-se que para falar de “novos” modelos eclesiais ou de “novas” igrejas na atualidade é necessário entender algumas transformações que ocorreram ao longo dos últimos séculos e nas décadas derradeiras de nosso tempo. Várias áreas na sociedade foram afetadas pela nova maneira de pensar e agir no mundo, entre as quais a econômica, social, política, cultural e também religiosa.

A Comunidade Caverna de Adulão em Belo Horizonte, fruto dessa pesquisa se consolidou como uma igreja que se apropria dos elementos da cultura entre os quais o *rock* e também a sociabilidade dos jovens nas tribos urbanas. A composição dessa comunidade no início de suas atividades no ano de 1992 era voltada para grupos marginalizados e discriminados na sociedade, neste caso eram os jovens que estavam nas tribos urbanas *headbangers* com o *rock*. Atualmente a comunidade é bem mais eclética e tem como membros crianças, homens, mulheres, e pessoas das mais variadas idades.

Essas práticas religiosas que utilizam elementos da cultura como o *rock* quebram a rigidez da religião institucional, onde novas formas de expressão religiosa eclodem dentro da cultura. Maffesoli observa que “essa religiosidade pode caminhar lado a lado com a des-cristianização, ou com outra forma qualquer de desinstitucionalização. E, por isso mesmo, a socialidade designa, justamente, a saturação dos grandes sistemas e das demais macroestruturas.” (MAFFESOLI, 2010, p. 135).

¹ Flávio Lages Rodrigues é Graduado em Teologia pela Faculdade Evangélica de Teologia de Belo Horizonte. Também é Mestre em Ciências da Religião pela PUC Minas (PPGCR) e bolsista pela Capes. E-mail: flavioposttrevor@yahoo.com.br.